



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Estruturação de Projetos e Sustentabilidade

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PISF

1. OBJETIVO

1.1. A Audiência Pública n.º 1/2025, promovida pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, teve por objetivo dar publicidade e colher contribuições à modelagem da concessão administrativa para operação e manutenção da prestação dos serviços públicos de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF (“Projeto”), incluindo as minutas de edital, contrato e anexos.

2. DATA, HORA E LOCAL

2.1. O evento ocorreu em 25/02/2025, das 14h às 18h, no Auditório do Edifício Celso Furtado, no Setor de Grandes Áreas Norte, n.º 906, Asa Norte, Módulo F, Brasília-DF. Além disso, foi transmitida na forma eletrônica, por meio da plataforma YouTube, no link: https://www.youtube.com/watch?v=6TCWhyY6_Jc.

3. ORDEM DO DIA

3.1. A realização da Audiência Pública teve a seguinte programação:

- I - Abertura e formação da Mesa;
- II - Leitura do Regulamento da Audiência Pública;
- III - Apresentação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira, Jurídica e Ambiental (EVTEA) e dos Documentos Editalícios;
- IV - Manifestação verbal dos participantes previamente inscritos;
- V - Manifestação verbal dos participantes presentes no local da Audiência Pública;
- VI - Leitura de manifestações realizadas por escrito; e
- VII - Encerramento.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA

4.1. Para a realização da Audiência Pública, a mesa foi composta pelas seguintes autoridades:

1. Secretário Nacional de Segurança Hídrica – SNSH do MIDR, o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, que presidiu a mesa;
2. Diretor de Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica – SNSH do MIDR, o Sr. Bruno Cravo Alves;
3. Secretário Adjunto da Secretaria Especial do Programa de Parcerias em Investimentos da Casa Civil, o Sr. Manuel Renato Machado Filho;
4. Diretor de Estruturação de Projetos de Sustentabilidade – DEP da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros – SNFIF do MIDR, o Sr. Marcos Neves Torreão;
5. Gerente do BNDES, o Sr. Marcio Zeraik de Souza;
6. Superintendente do BNDES, o Sr. Ian Ramalho Guerriero;
7. Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Sr. Francisco Auricélio de Oliveira Costa (convidado);

8. Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Governo do Estado do Pernambuco, o Sr. João José Cirilo (convidado);
9. Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará, o Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (convidado).

5. SÍNTES DA AUDIÊNCIA

5.1. A Audiência Pública teve início com a apresentação das autoridades que compuseram a mesa e a exibição de vídeos institucionais, incluindo pronunciamentos do Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, o Sr. Waldez Gois; além de um vídeo institucional sobre o PISF.

5.2. Após realizadas as devidas apresentações, o Diretor de Estruturação de Projetos de Sustentabilidade da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros – SNFI do MIDR foi convidado a realizar a leitura integral do regulamento da Audiência Pública. O documento foi disponibilizado na página oficial do MIDR, dedicada ao Projeto, assegurando transparência e amplo acesso às regras do evento. Para consulta, os interessados puderam acessar o link: <https://www.gov.br/midr/consulta-publica-do-contrato-de-concessao-do-pisf/audiencia-publica>.

5.3. Ao término da leitura, foi informado que os participantes interessados presentes teriam a oportunidade de se manifestar de forma oral ou escrita, por meio de fichas disponibilizadas no local. Além disso, foi reforçado que as diretrizes para participação (remota e presencial) e os formulários estavam acessíveis no site oficial, possibilitando ampla participação dos interessados.

5.4. O Sr. Secretário Nacional de Segurança Hídrica foi convidado a falar. Após os agradecimentos iniciais, destacou o objetivo central do Projeto, que é o fornecimento de água bruta para os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, garantindo segurança hídrica e beneficiando mais de 12 milhões de habitantes em aproximadamente 400 municípios desses quatro estados. Em seguida, detalhou o histórico do Projeto, apresentando os principais marcos desde 2004, com destaque para o início da implantação do empreendimento em 2008, a pré-operação do Eixo Leste em 2017 e a pré-operação do Eixo Norte em 2020. Além disso, descreveu as particularidades técnicas do projeto, explicando suas especificações, as diferenças entre os ramais associados aos eixos principais e a forma como cada estado beneficiado pelo PISF será atendido, garantindo o abastecimento de água bruta para a região. Em continuidade, apresentou as infraestruturas que fazem parte dos Eixos Norte e Leste, bem como suas especificidades, como motobomba e partes da operação. Seguiu abordando os dados de avanço físico das obras, valores do empreendimento, total pago e previsão de conclusão da obra de cada um dos ramais, além de eventuais ampliações de bombeamento e o compromisso de cada ente federativo, por meio da celebração de um Acordo Inter federativo entre União e Estados beneficiados pelo PISF. Por fim, destacou que um dos principais resultados esperados do Projeto é a melhoria no padrão de fornecimento de água, assegurando maior regularidade na qualidade dos serviços e na entrega, além da otimização de custos, funcionalidade e eficiência operacional. Em seguida, concluiu sua fala com agradecimentos.

5.5. O Secretário Adjunto da Secretaria Especial do Programa de Parcerias em Investimentos da Casa Civil foi convidado a falar. Após os cumprimentos iniciais, ressaltou que o PISF é um empreendimento histórico, concebido desde o período imperial e essencial para o desenvolvimento do Nordeste. Reforçou sobre o acordo firmado entre a União e os estados em 2005, pelo qual a União seria responsável pela construção da infraestrutura, enquanto a operação e manutenção ficariam a cargo dos estados. Desde então, diversas ações foram tomadas para viabilizar esse acordo, mas ao longo desse período foram verificadas dificuldades na operação eficiente do PISF. Apesar da qualidade das obras executadas, identificou-se que o maior desafio estava na manutenção e operação regular do Sistema PISF. Destacou que os estudos recentes desenvolvidos pelo BNDES apontaram que a melhor alternativa para solução desse problema seria a concessão administrativa do PISF, garantindo maior previsibilidade e eficiência operacional, diante das limitações dos modelos contratuais vigentes. Salientou que o novo contrato visa unificar e otimizar os serviços, reduzir custos e garantir a funcionalidade da infraestrutura de forma contínua.

5.6. O Superintendente do BNDES foi convidado a falar. Destacou a parceria do Banco com o Governo Federal e demais entes da federação na estruturação de projetos de infraestrutura. Enalteceu a qualidade e inovação dos estudos desenvolvidos para o Projeto, bem como a dedicação da equipe do

BNDES, da consultoria e dos agentes governamentais para alcançar tal nível de qualidade. No tocante ao modelo proposto, ressaltou que o contrato de concessão adota um sistema de remuneração baseado em desempenho e qualidade da prestação dos serviços pela concessionária, assegurando eficiência e inovação na operação do Projeto. Por fim, registrou que este Projeto representa um marco na estruturação de parcerias público-privadas (PPPs), promovendo sustentabilidade e redução dos custos operacionais ao longo do tempo.

5.7. O Gerente do BNDES foi convidado a apresentar a modelagem do Projeto e os principais aspectos da licitação e do contrato de concessão. Inicialmente, detalhou os atores envolvidos no desenvolvimento da modelagem – MIDR, SEPPI, SAM, ANA, BNDES e consultoria – e os instrumentos contratuais que formalizam essa relação. Na sequência, apresentou as justificativas para contração de um novo operador para o PISF; a situação atual da infraestrutura do Sistema, bem como o escopo da PPP, abrangendo investimentos, operação e manutenção do sistema concedido. Também explicou a governança institucional do Projeto, distinguindo os papéis dos agentes envolvidos nos contratos entre União e estados e o modelo da concessão. Explicou a composição da contraprestação mensal efetiva que é baseada em duas parcelas: Parcada A, que remunera os investimentos; e Parcada B, que remunera os serviços e está sujeita a aplicação dos indicadores de desempenho, podendo, portanto, variar conforme a performance da concessionária. Explicou ainda sobre a possibilidade de geração de receitas acessórias decorrentes da exploração de atividades associadas ao Centro de Referencial Cultural e Ambiental - exceto pela visitação gratuita; exploração ou cessão a terceiros do direito de uso de áreas do PISF, incluindo os espelhos d'água para exploração de atividades econômicas; fornecimento de água bruta para usuários independentes; e projetos associados à geração de energia fotovoltaica, hidrelétrica, entre outras. Abordou sobre os indicadores de desempenho, esclarecendo que foram estabelecidos considerando a integridade da infraestrutura, fornecimento de água, disponibilidade e de atendimento a notificação de nãoconformidade. Esses critérios serão mensurados por uma entidade verificadora contratada, que subsidiará o MIDR na avaliação do desempenho trimestral da concessionária. Detalhou a forma de pagamento da contraprestação; o compartilhamento das receitas acessórias com o Poder Concedente; os cenários de bombeamento, oferta de água e consumo de energia e a projeção financeira do projeto. Durante a apresentação, foram apresentados valores e indicadores por metro cúbico e fluxo de caixa, considerando que os investimentos (Capex) são assumidos pela União e não resarcidos pelos Estados. Entre os números apresentados, destacam-se: R\$ 542 milhões de Capex do projeto; média de R\$ 350 milhões de custo operacional (OPEX) anual; valores projetados da contraprestação entre 2027 e 2055. Ao tratar sobre os aspectos da licitação, explicou o critério de julgamento, que será o de maior desconto percentual único aplicado sobre a parcela A (remuneração dos investimentos obrigatórios) e B (remuneração dos serviços); a qualificação econômico-financeira, que será comprovada por meio de patrimônio líquido mínimo e certidões de pedido de falência; a habilitação técnica, que será focada no porte e na experiência técnica, sendo exigido experiência na gestão de ativo de infraestrutura com valor mínimo de investimento e geração de receita operacional bruta, nos setores de adução de água buta, abastecimento de água tratada, geração de energia e hidrelétrica e/ou ativo de irrigação, permitindo soma de atestados e consórcio; o modo de disputa será o fechado e aberto. Sobre o contrato, destacou-se que terá prazo de 30 anos e contará com uma cláusula de eficácia, que condiciona a entrada em vigor ao cumprimento de requisitos prévios, como: constituição e garantias públicas; publicação no DOU; e apresentação do plano de seguros. A transição operacional ocorrerá em quatro fases: Transição – planejamento inicial; Assunção – implementação de ações e acompanhamento pela Concessionária; Operação Assistida – implementação de ações finais e acompanhamento pelos Atuais Operadores; e Operação Plena – assunção plena da operação pela Concessionária. Pontuou as diferenças das revisões contratuais, sendo a revisão ordinária, realizada a cada cinco anos para reavaliação global do contrato; e a revisão extraordinária, destinada a equacionamento de desequilíbrios extraordinários. Apontou os principais riscos que serão alocados à concessionária e que não ensejam reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Também foram apresentados os mecanismos de solução de controvérsias, composto por: autocomposição de conflitos; comitê de resolução de disputas; e arbitragem. Quanto às garantias a serem prestadas pela União, salientou que haverá uma conta vinculada na qual será mantido um saldo mínimo que será preenchido gradativamente com recursos da concessão e orçamento, quando necessário. Essa conta será de movimentada por instituição financeira isenta e independente, conforme contrato de administração de contas a ser celebrado entre instituição financeira,

Poder Concedente e concessionária. Foram apresentadas duas previsões normativas relativas à alocação orçamentária do PISF: prioridade no custeio das despesas discricionárias; e reserva de recursos para assegurar a sustentabilidade do Projeto. Para encerrar, foi apresentado o cronograma das próximas etapas, destacando a previsão de publicação do edital em setembro e a licitação em novembro de 2025.

5.8. Após a conclusão da apresentação da modelagem, foi aberta a etapa de manifestação popular, permitindo que os interessados participassem presencialmente ou online, por meio do link previamente divulgado, de forma verbal na audiência pública. Nesta fase, foram chamados a se manifestar os participantes que realizaram inscrição prévia, conforme a ordem estabelecida a seguir:

1. Leonardo Peres Araujo Pial, Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. Forma: Remota. Considerações: Ausente. Esclarecimentos: Não foi necessário.
2. Luciano Campiteli Conti, Chefe da unidade de planejamento da CODEVASF. Forma: Presencial. Considerações: Apresentará contribuição na consulta pública. Esclarecimentos: Não foi necessário.
3. Suzana Maria Lima D. Montenegro, Diretora-Presidente da APAC. Forma: Remota. Considerações: Inaudível. Esclarecimentos: Não foi necessário.
4. Carlos Marques, Analista da CODEVASF. Forma: Presencial. Considerações: Apresentará contribuição na consulta pública. Esclarecimentos: Não foi necessário.
5. Irani Braga Ramos, Gerente de Projeto da SEPAC Casa Civil. Forma: Remota. Considerações: Agradecer a realização da Audiência Pública e enfatizar que o apresentado na audiência está de acordo com os compromissos assumidos no projeto ao longo do tempo. Esclarecimentos: Não foi necessário.
6. Janiel Souza de Oliveira, Gerente de Orçamento Ancara Engenharia. Forma: Remota. Considerações: Não se manifestou. Esclarecimentos: Não foi necessário.
7. Suzana Maria Lima Montenegro. Forma: Remota. Considerações: Apresentará contribuição na consulta pública. Esclarecimentos: Não foi necessário.
8. Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará. Forma: Presencial. Considerações: Questionou se o Governo Federal terá relação direta com a Concessionária, quais seriam eventuais riscos entre os entes e as receitas acessórias de recursos hídricos pela Concessionária. Esclarecimentos: Foi esclarecido que todas as questões que envolverão o uso dos recursos hídricos serão reguladas pela ANA.
9. Sr. Francisco Auricélio de Oliveira Costa, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Forma: Presencial. Considerações: Questionou se os benefícios da concessão poderão promover a diminuição da tarifa de disponibilidade, quando da busca da eficiência e exploração de outras receitas no Contrato. Esclarecimentos: Foi esclarecido que, em relação à modicidade tarifária, a tarifa existente hoje é reflexo dos custos que existem para operação e manutenção, na medida que o contrato se tornar mais eficiente os custos tenderão a serem reduzidos, ocasionando, por consequência, a redução do valor da tarifa cobrada dos Estados.

5.9. Após a conclusão da etapa de manifestação popular de forma verbal foi registrada ausência de manifestações escritas a serem lidas, considerando tanto o formulário online quanto o formulário disponibilizado fisicamente durante a audiência.

5.10. O Presidente da Mesa foi convidado a realizar o pronunciamento final da audiência pública. Após os agradecimentos finais, destacou a importância do Projeto e o empenho conjunto das entidades envolvidas e dos entes federativos para a sua concretização. Ressaltou, ainda, o papel da consulta pública como instrumento essencial para o aprimoramento do projeto, enfatizando que as contribuições recebidas enriquecem e fortalecem sua estrutura. Em seguida, declarou oficialmente o encerramento da audiência pública.

5.11. Registros: Conforme demonstra a lista de presentes anexa, participaram presencialmente aproximadamente 75 pessoas; e de forma remota mediante prévia inscrição aproximadamente 10 pessoas. Além disso, a transmissão realizada por meio da plataforma YouTube alcançou um público de

aproximadamente 1.084 espectadores, conforme contagem relatório da audiência pública entregue pelo BNDES.

59000.000723/2025-18

5851542v1



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Neves Torreão, Diretor de Estruturação de Projetos**, em 29/05/2025, às 14:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO ZERAIK DE SOUZA, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 16:30, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 29/05/2025, às 18:29, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cravo Alves, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 30/05/2025, às 16:31, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Renato Machado Filho, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 15:41, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5851542** e o código CRC **F4F9F95E**.

Criado por [luiza.botelho](#), versão 6 por [rafael.zuin](#) em 29/05/2025 14:17:26.